



INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93

NIRE 17.300.000.914

Companhia Aberta

("Companhia")

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

*Aos Srs.
Acionistas
Investco S.A.*

Anexo I -	<i>Edital de Convocação.....</i>	<i>Pág. 02</i>
Anexo II -	<i>Comentários dos Diretores da Companhia..... Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017.</i>	<i>Pág. 03</i>
Anexo III -	<i>Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2017.....</i>	<i>Pág. 23</i>
Anexo IV -	<i>Informações acerca da Remuneração dos Administradores..... De abril/2018 a março/2019, inclusive.</i>	<i>Pág. 30</i>



ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 18 de abril de 2017, às 10 horas, na sede social, na Rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31.12.2017; **(b)** aprovar a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2017; e **(c)** fixar a remuneração global dos administradores.

Os documentos mencionados na ordem do dia estão disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e foram encaminhados para a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da legislação aplicável.

As pessoas que comparecerem à Assembleia deverão provar a sua qualidade de acionista mediante apresentação de documento de identidade e/ou procuração outorgada por acionista da Companhia, na forma e prazo do Art. 126, § 1º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada.

Miracema do Tocantins, 19 de março de 2018.

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente do Conselho de Administração



ANEXO II

Comentário dos Diretores da Companhia

Item 10 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

10.1. Comentários dos Diretores da Investco S.A. (“Companhia”) sobre:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2017	2016	2015
CCL (*)	-R\$68.504	-R\$76.580	-R\$20.507
ILC (**)	0,49	0,46	0,80

(*) Capital Circulante Líquido: corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante

(**) Índice de Liquidez Corrente: índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Examinando os índices acima os nossos diretores entendem que, mesmo com o capital circulante líquido negativo em 2017, a Companhia possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às suas obrigações tributárias, as quais poderão ser pagas com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos ou intragrupo, se necessário.

b) Estrutura de capital

	2017	2016	2015
Dívida bruta	93.757	94.942	89.318
(-) Disponibilidades	23.590	25.712	49.663
Dívida líquida	70.167	69.230	39.655

Estrutura de Capital	2017		2016		2015	
Capital próprio	889.656	73,7%	924.766	74,0%	1.017.107	78,2%
Capital de terceiros	317.308	26,3%	325.129	26,0%	283.501	21,8%
Total	1.206.964	100,0%	1.249.895	100,0%	1.300.608	100,0%

Os diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao seu crescimento sustentável.



c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de alavancagem são adequados.

A relação dívida líquida/EBITDA, encerrou o ano de 2017 em 0,48 vezes, nos mantendo em nível confortável de alavancagem. Para o período de 2016, o índice foi de 0,28 vezes e 0,23 em 2015.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

Para financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes (“CAPEX”), a Companhia se utiliza do caixa gerado por suas atividades, bem como de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras, quando necessário.

Para os últimos 3 exercícios, a Companhia não contraiu empréstimos junto a terceiros para investimentos em ativos não circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores entendem que a situação é confortável em relação às fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista, principalmente, a capacidade de geração de caixa da Companhia e fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, quando essa situação o exigir.

A decisão de financiamento passa por uma análise dos Diretores, que buscam analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros correspondentes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia não possui dívidas além das ações preferenciais resgatáveis A, B e C. Estas ações foram emitidas pela Companhia pelo valor patrimonial de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes



A tabela a seguir apresenta o endividamento da Companhia para os exercícios indicados:

Categoria	Formas de Pagamento	2017	2016	2015
Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	93.757	94.942	89.318

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não se aplica.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir, sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia, reflete o entendimento dos nossos Diretores e deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens deste Formulário de Referência.

Em virtude da reapresentação de anos anteriores em encontro com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erro requer a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores.

De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes "A", "B", e "C" são registradas como Empréstimos e financiamentos e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado.

A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

No exercício de 2017, a Companhia ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	31/12/2017 A.V.		31/12/2016 A.V.		31/12/2015 A.V.		Variação	Variação
							2017-2016	2016-2015
Receita operacional líquida	176.791	100%	278.750	100%	215.448	100%	-36,6%	29,4%
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	-1.155	-1%	-1.445	-1%	-2.157	-1%	-20,1%	-33,0%
Custo de operação	-68.138	-39%	-58.773	-21%	-53.600	-25%	15,9%	9,7%
Lucro bruto	107.498	61%	218.532	78%	159.691	74%	-50,8%	36,8%
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	-	0%	-	0%	-	0%		
Despesas gerais e administrativas	-10.244	-6%	-14.063	-5%	-14.220	-7%	-27,2%	-1,1%
Depreciações e amortizações	-1.443	-1%	-1.109	0%	-393	0%	30,1%	182,2%
Outras despesas e receitas operacionais	-1.703	-1%	122	0%	-12.537	-6%	-1495,9%	-101,0%
	-13.390	-8%	-15.050	-5%	-27.150	-13%	-11,0%	-44,6%
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	94.108	53%	203.482	73%	132.541	62%	-53,8%	53,5%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	4.191	2%	8.604	3%	8.384	4%	-51,3%	2,6%
Despesas financeiras	-36.760	-21%	-72.291	-26%	-54.086	-25%	-49,1%	33,7%
	-32.569	-18%	-63.687	-23%	-45.702	-21%	-48,9%	39,4%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	61.539	35%	139.795	50%	86.839	40%	-56,0%	61,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-15.480	-9%	-47.204	-17%	-34.857	-16%	-67,2%	35,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.753	1%	2.808	1%	1.499	1%	-37,6%	87,3%
	-13.727	-8%	-44.396	-16%	-33.358	-15%	-69,1%	33,1%
Resultado líquido do exercício	47.812	27%	95.399	34%	53.481	25%	-49,9%	78,4%

Resultados operacionais 2017 e 2016

Receita operacional líquida: Houve um decréscimo de 36,6% na receita operacional líquida em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal determinante da variação foi a aplicação do coeficiente de ajuste do Contrato de Arrendamento, que contempla tanto a recomposição por índice de inflação quanto pela depreciação da base de ativos da Companhia.

Custo do serviço de energia elétrica: A redução de 20,1% em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, pelo custo com energia comprada para revenda devido ao menor impacto do GSF e PLD no período.

Custo de operação: Os custos de operação do exercício de 2017 em relação a 2016 apresentaram uma variação de 15,9%, decorrente, principalmente, do aumento de R\$6.356 milhões de depreciação motivada pela depreciação acelerada da linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado, uma vez que a supracitada foi leiloada para a Taesa no Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL. Os respectivos ativos serão transferidos sem ônus à Taesa até 27 de dezembro de 2019.

Despesas e receitas operacionais: Nossas despesas e receitas operacionais reduziram 11,0%, devido, principalmente, a:

- Despesas gerais e administrativas: Redução de 27,2%, principalmente devido reformas/manutenções de imóveis que foram menores.
- Outras despesas (receitas) operacionais: A Companhia incorreu com contingências referente a dois autos de infração lavrados pertinente a diferencial de alíquota de ICMS em operações interestaduais no valor de R\$1,7 milhões.



Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro da Companhia reduziu 48,9%. A redução das receitas financeiras em 51,3% decorrente, principalmente, por menor rendimento de aplicações financeiras, em virtude de um CDI menor em 2017. Já a redução de 49,1% das despesas financeiras é justificada, principalmente, por distribuição de dividendos extraordinários para as ações preferenciais de classe A, B e C no montante de R\$14.721 milhões que, por serem classificadas como passivo financeiro, tem como contrapartida, os encargos de dívida nas despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: Redução de 69,1% frente ao ano anterior principalmente pelo menor lucro tributável da Companhia e ajuste de tributos sobre as Ações preferenciais.

Resultados operacionais 2016 e 2015

Receita operacional líquida: Houve um incremento de 29,4% na receita operacional líquida em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal determinante da variação foi a aplicação do coeficiente de ajuste do Contrato de Arrendamento, que contempla tanto a recomposição por índice de inflação quanto pela depreciação da base de ativos da Companhia.

Custo do serviço de energia elétrica: A redução de 33,0% em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, pelo custo com energia comprada para revenda devido ao menor impacto do GSF e PLD no período.

Custo de operação: Os custos de operação do exercício de 2016 em relação a 2015 apresentaram uma variação de 9,7%, decorrente, principalmente, do aumento de R\$5,4 milhões de depreciação motivada pela depreciação acelerada da linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado, uma vez que a supracitada foi leiloada para a Taesa no Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL. Os respectivos ativos serão transferidos sem ônus à Taesa até 27 de dezembro de 2019.

Despesas e receitas operacionais: Nossas despesas e receitas operacionais reduziram 44,6%, devido, principalmente, a:

- Outras despesas (receitas) operacionais: Efeito não recorrente em junho de 2015 de provisão para descontinuidade do projeto de Tupirantins no montante de R\$12.450.

Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro da Companhia aumentou 39,4%. O aumento das receitas financeiras em 2,6% decorrente, principalmente, por maior rendimento de aplicações financeiras, em virtude de um CDI maior em 2016. Já o aumento de 33,7% das despesas financeiras é justificado, principalmente, por distribuição de dividendos extraordinários para as ações preferenciais de classe A, B e C no montante de R\$21.146 milhões que, por serem classificadas como passivo financeiro, tem como contrapartida, os encargos de dívida nas despesas financeiras.



Imposto de renda e contribuição social: Aumento de 33,1% frente ao ano anterior principalmente pelo maior lucro tributável da Companhia e ajuste de tributos sobre as Ações preferenciais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	<u>31/12/2017</u>	AV	<u>31/12/2016</u>	AV	<u>31/12/2015</u>	AV	Varição 2017-2016	Varição 2016-2015
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	23.590	2,0%	25.712	2,1%	49.663	3,8%	-8,3%	-48,2%
Concessionárias	1.303	0,1%	932	0,1%	1.200	0,1%	39,8%	-22,3%
Impostos e contribuições sociais	17.805	1,5%	7.717	0,6%	7.991	0,6%	130,7%	-3,4%
Estoques	5.493	0,5%	4.839	0,4%	4.503	0,3%	13,5%	7,5%
Rendas a receber	15.620	1,3%	25.065	2,0%	19.215	1,5%	-37,7%	30,4%
Outros créditos	717	0,1%	614	0,0%	660	0,1%	16,8%	-7,0%
Total do Ativo Circulante	<u>64.528</u>	5,3%	<u>64.879</u>	5,2%	<u>83.232</u>	6,4%	-0,5%	-22,1%
Não Circulante								
Cauções e depósitos vinculados	713	0,1%	652	0,1%	550	0,0%	9,4%	18,5%
Outros créditos	587	0,0%	721	0,1%	653	0,1%	-18,6%	10,4%
	<u>1.300</u>	0,1%	<u>1.373</u>	0,1%	<u>1.203</u>	0,1%	-5,3%	14,1%
Imobilizado	1.126.517	93,3%	1.166.383	93,3%	1.201.996	92,4%	-3,4%	-3,0%
Intangível	14.619	1,2%	17.260	1,4%	14.177	1,1%	-15,3%	21,7%
	<u>1.141.136</u>	94,5%	<u>1.183.643</u>	94,7%	<u>1.216.173</u>	93,5%	-3,6%	-2,7%
Total do Ativo Não Circulante	<u>1.142.436</u>	94,7%	<u>1.185.016</u>	94,8%	<u>1.217.376</u>	93,6%	-3,6%	-2,7%
TOTAL DO ATIVO	<u>1.206.964</u>	100,0%	<u>1.249.895</u>	100,0%	<u>1.300.608</u>	100,0%	-3,4%	-3,9%



	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015		Varição	Varição
	AV		AV		AV		2017-2016	2016-2015
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores	2.846	0,2%	2.218	0,2%	4.762	0,4%	28,3%	-53,4%
Impostos e contribuições sociais	75.976	6,3%	65.675	5,3%	40.529	3,1%	15,7%	62,0%
Dividendos	32.541	2,7%	43.920	3,5%	32.459	2,5%	-25,9%	35,3%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	8.488	0,7%	11.985	1,0%	8.488	0,7%	-29,2%	41,2%
Benefícios pós-emprego	23	0,0%	57	0,0%	39	0,0%	-59,6%	46,2%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.071	0,2%	2.222	0,2%	1.748	0,1%	-6,8%	27,1%
Encargos Setoriais	36	0,0%	27	0,0%	38	0,0%	33,3%	-28,9%
Uso do bem público	4.574	0,4%	4.584	0,4%	4.268	0,3%	-0,2%	7,4%
Provisões	6.063	0,5%	10.354	0,8%	10.829	0,8%	-41,4%	-4,4%
Outras contas a pagar	414	0,0%	417	0,0%	579	0,0%	-0,7%	-28,0%
Total do Passivo Circulante	133.032	11,0%	141.459	11,3%	103.739	8,0%	-6,0%	36,4%
Não Circulante								
Tributos diferidos	37.438	3,1%	39.170	3,1%	41.992	3,2%	-4,4%	-6,7%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	85.269	7,1%	82.957	6,6%	80.830	6,2%	2,8%	2,6%
Benefícios pós-emprego	711	0,1%	642	0,1%	505	0,0%	10,7%	27,1%
Uso do bem público	43.023	3,6%	45.175	3,6%	43.845	3,4%	-4,8%	3,0%
Provisões	16.972	1,4%	15.678	1,3%	12.239	0,9%	8,3%	28,1%
Outras contas a pagar	863	0,1%	48	0,0%	351	0,0%	1697,9%	-86,3%
Total do Passivo Não Circulante	184.276	15,3%	183.670	14,7%	179.762	13,8%	0,3%	2,2%
Patrimônio Líquido								
Capital social	804.459	66,7%	804.459	64,4%	804.459	61,9%	0,0%	0,0%
Reservas de capital	14.473	1,2%	14.473	1,2%	14.473	1,1%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	70.351	5,8%	189.026	15,1%	259.794	20,0%	-62,8%	-27,2%
Outros resultados abrangentes	373	0,0%	331	0,0%	356	0,0%	12,7%	-7,0%
Prejuízos acumulados	-	0,0%	(83.523)	-6,7%	(61.975)	-4,8%	-100,0%	34,8%
Total do Patrimônio Líquido	889.656	73,7%	924.766	74,0%	1.017.107	78,2%	-3,8%	-9,1%
TOTAL DO PASSIVO	1.206.964	100,0%	1.249.895	100,0%	1.300.608	100,0%	-3,4%	-3,9%

Comparação das principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO

Circulante

Impostos e contribuições sociais: O aumento de 130,7% é decorrente do adiantamento de R\$18.117 pertinente ao pagamento da antecipação do imposto de renda e contribuição social de 2017.

Rendas a receber: A redução de 37,7% foi decorrente de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2016 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no



IPCA para o exercício de 2016 refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior de 4,92 p.p..

Não circulante

Imobilizado: A redução de 3,4% é em virtude das adições ao imobilizado no período serem inferiores a depreciação dos ativos durante o ano, tendo em vista o efeito da depreciação acelerada da linha de transmissão leiloada em abril/16.

Intangível: A redução de 15,3% é decorrente da amortização dos intangíveis em serviço.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: O saldo de fornecedores foi 28,3% superior ao mesmo período de 2016, principalmente pelo aumento no nível de materiais e serviços contratados durante o ano de 2017.

Impostos e contribuições sociais: O aumento de 15,7% foi em decorrência, basicamente, do Imposto de renda retido sobre os Juros sobre capital próprio do ano de 2017 ser inferior ao do ano de 2016, e ajuste de tributos sobre as Ações preferenciais.

Dividendos: Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de dividendos era de R\$32.541, apresentando diminuição de 25,9% quando comparado ao ano anterior devido ao lucro líquido do exercício atual ser inferior ao ano de 2016. Cabe ressaltar que durante o ano de 2017, a Companhia distribuiu dividendos provenientes de reservas de lucros no montante de R\$37.542.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: A diminuição de 29,2% foi em virtude, principalmente, do pagamento de encargo de dívidas.

Não circulante

Tributos Diferidos: A redução de 4,4% em relação ao ano de 2016 é decorrente da movimentação nos montantes de Uso do bem público e pelo ajuste das Ações Preferenciais Resgatáveis.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: O aumento de 2,8% é decorrente do ajuste a valor presente sobre o saldo das ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39.

Uso do Bem Público: A redução de 4,8% foi em virtude da atualização financeira (pelo IGP-M) do saldo total, da transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores a um ano e de ajustes a valor presente.



Provisões: O aumento de 8,3% é decorrente principalmente de constituições de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era R\$889.656 em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 3,8% em relação ao ano anterior em função da declaração de JCSP em R\$35.019.

Comparação das principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta era 48,2% inferior a 2015 devido, principalmente, à distribuição extraordinária de dividendos e reserva de lucros, ocorrida em 2016.

Impostos e contribuições sociais: A redução de 3,4% é decorrente do saldo de IR sobre aplicações financeiras devido ao menor saldo em caixa.

Rendas a receber: O aumento de 30,4% foi em virtude do reajuste sobre o contrato de arrendamento da Companhia, com as empresas que usufruem da energia gerada pela usina.

Não circulante

Imobilizado: A redução de 3,0% é em virtude das adições ao imobilizado no período serem inferiores a depreciação dos ativos durante o ano, tendo em vista o efeito da depreciação acelerada da linha de transmissão leiloada em abril/16.

Intangível: O aumento de 21,7% é decorrente, principalmente, pela constituição de R\$5.124 de licenças ambientais. No exercício de 2016 a Companhia efetuou a revisão dos gastos com as condicionantes exigidas pela LO e constituiu um complemento da provisão anteriormente reconhecida.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: O saldo de fornecedores foi 53,4% inferior ao mesmo período de 2015, principalmente pela redução no nível de materiais e serviços contratados durante o ano de 2016.

Impostos e contribuições sociais: O aumento de 62,0% foi em decorrência, basicamente, do ajuste de tributos sobre as Ações preferenciais em 2016 de R\$53.504. Além disso tivemos o



Imposto de renda retido sobre os Juros sobre capital próprio do ano de 2016 ser superior ao do ano de 2015.

Dividendos: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta de dividendos era de R\$43.920, apresentando aumento de 35,3% quando comparado ao ano anterior devido ao lucro líquido do exercício atual ser superior ao ano de 2015. Cabe ressaltar que durante o ano de 2016, a Companhia distribuiu dividendos provenientes de reservas de lucros no montante de R\$139.281.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: O aumento de 41,2% foi em virtude, principalmente, da transferência dos juros do passivo não circulante para o circulante.

Não circulante

Tributos Diferidos: A redução de 6,7% em relação ao ano de 2015 é decorrente da movimentação nos montantes de Uso do bem público e pelo ajuste de Ações Preferenciais Resgatáveis.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: O aumento de 2,6% é decorrente do ajuste a valor presente sobre o saldo das ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39.

Uso do Bem Público: O saldo 3,0% superior foi em virtude da atualização financeira (pelo IGP-M) do saldo total, da transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores a um ano e de ajustes a valor presente.

Provisões: O aumento de 28,1% é decorrente da complementação de custos vinculados às licenças ambientais (CPC 25) e de constituições de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era R\$924.766 em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 9,1% em relação ao ano anterior. Em função do ajuste de tributos sobre as Ações preferenciais, a qual consiste em retroagir os períodos anteriores face a dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, o impacto foi de R\$83.523 reduzindo a linha de prejuízos acumulados. Além disso houve distribuição de reservas em R\$115.529, declaração de JCSP em R\$48.434 e lucro líquido em R\$95.399.



FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2017 AV		31/12/2016 AV		31/12/2015 AV	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	122.242	-57,61%	202.931	-847,3%	146.992	-468,4%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(8.569)	404%	(6.641)	27,7%	(6.099)	19,4%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(115.795)	5457%	(220.241)	919,5%	(172.276)	548,9%
Disponibilidades no início do exercício	25.712	-1212%	49.663	-207,4%	81.046	-258,2%
Disponibilidades no final do exercício	23.590	-1112%	25.712	-107,4%	49.663	-158,2%
Aumento (redução) nas disponibilidades	(2.122)	100%	(23.951)	100,0%	(31.383)	100,0%
Aumento (redução) nas disponibilidades (%)	-8,3%		-48,2%		-38,7%	
	Variação	Variação	Variação	Variação		
	2017-2016	2017-2016	2016-2015	2016-2015		
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(80.689,0)	-39,8%	55.939,0	38,1%		
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.928,0)	29,0%	(542,0)	8,9%		
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	104.446,0	-47,4%	(47.965,0)	27,8%		
Disponibilidades no início do exercício	(23.951,0)	-48,2%	(31.383,0)	-38,7%		
Disponibilidades no final do exercício	(2.122,0)	-8,3%	(23.951,0)	-48,2%		
Aumento (redução) nas disponibilidades	21.829,0	-91,1%	7.432,0	-23,7%		

Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou diminuição de R\$80.689 ou 39,8%, entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Tal variação é explicada principalmente pela diminuição da Receita Operacional Líquida proveniente do arrendamento.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou aumento de R\$1.928 ou 29,0%, explicado pelo maior nível de adições ao imobilizado intangível no ano de 2017, comparativamente a 2016.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou diminuição de R\$104.446, ou 47,4%, entre os períodos, devido ao menor desembolso de dividendos e JSCP.

Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou aumento de R\$55.939 ou 38,1%, entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Tal variação é explicada principalmente pelo aumento da Receita Operacional Líquida proveniente do arrendamento.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou aumento de R\$542 ou 8,9%, explicado pelo maior nível de adições ao imobilizado intangível no ano de 2016, comparativamente a 2015.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou aumento de R\$47.965, ou 27,8%, entre os períodos, devido ao maior desembolso de dividendos e JSCP.



Fontes e usos de recursos

A Companhia conta, principalmente, com o fluxo de caixa das operações de arrendamento para custear suas atividades operacionais e investimentos.

10.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Resultados das operações contendo: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A receita de arrendamento corresponde a 96% da receita operacional bruta da Companhia.

Segue abaixo quadro resumo com os principais resultados da Companhia:

	2017	2016	2015	Δ 2017 x 2016 (%)	Δ 2016 x 2015 (%)
Receita líquida	176.791	278.750	215.448	-36,58%	29,38%
EBITDA	145.284	247.567	170.377	-41,32%	45,31%
Lucro líquido	47.812	95.399	69.539	-49,88%	37,19%

A Companhia opera e mantém a UHE Lajeado, por meio de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. No ano de 2017, a geração de energia foi de 2.588,6 GWh, 12,4% inferior aos 2.954,2 GWh do ano de 2016 devido ao cenário hidrológico desfavorável. Em 2016, o montante de geração foi 23,2% inferior à energia assegurada anual de 3.847,2 GWh do ano de 2015. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 94,9% (93,2% em 2016), apurada com base na média dos últimos 60 meses, índice também superior ao exigido no Contrato de Concessão que é de 89,6%, fechando o mês de dezembro de 2017 em 95,7% (94,5% em dezembro de 2016).

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No caso da venda de energia, que representa 1% da UHE Lajeado, os contratos são reajustados pela inflação (IPCA e IGMP).

Já no caso da receita de arrendamento, o cálculo é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.



c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores destacam que todas as nossas operações se encontram no território nacional. Dessa maneira, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta nossos custos e margens. A inflação afeta os negócios basicamente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras.

10.3. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores entendem que nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2017

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão do Pronunciamento Técnico nº 10/16, emitido pelo CPC.

Esta revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos nas demonstrações financeiras.



Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os Diretores da Companhia salientam que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. Na opinião dos Diretores, as normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os Diretores da Companhia salientam que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2015

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/14, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na opinião dos Diretores, as normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os Diretores da Companhia salientam que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis referentes aos 03 últimos exercícios sociais

Os Diretores declaram que não houve efeitos significativos decorrentes de alterações nas práticas contábeis nos últimos 3 exercícios sociais.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

2017, 2016 e 2015

Os Diretores salientam que as demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo IASB, e que as mesmas não possuem ressalvas ou ênfases.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre



questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimentos de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que os Diretores da Companhia se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados e consequências finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os Diretores da Companhia revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de benefícios pós-emprego, que é revisado semestralmente e a consequente redução ao valor recuperável, a qual é revisada conforme critérios detalhados abaixo.

Os Diretores da Companhia destacam abaixo as principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras:

Redução ao valor recuperável

Em relação à redução ao valor recuperável, na opinião dos Diretores destacam-se os seguintes critérios utilizados na determinação no mesmo:

Ativo financeiro: São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para a rubrica Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se os Diretores da Companhia identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, os Diretores concluíram que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.



Realização dos créditos fiscais diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Os Diretores da Companhia elaboram projeções de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente. Na opinião dos Diretores a Companhia possui capacidade de realização desses créditos fiscais nos próximos exercícios.

Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Os Diretores destacam que, conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Contas a receber e, quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Vida útil do imobilizado e intangível

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Benefício pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Anualmente, a Companhia contrata atuário independente para realização de avaliação atuarial de seus planos na modalidade de benefício definido, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

São reconhecidas as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica *Outros resultados abrangentes*. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.



Os Diretores salientam que as principais incertezas são as alterações nas premissas atuariais que podem acarretar impactos nas demonstrações financeiras.

Provisões

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. Os Diretores destacam que as provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Em relação às provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, as mesmas são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Em relação aos gastos com as licenças ambientais os mesmos estão relacionados ao Projeto Básico Ambiental – PBA, ou são adicionais a este, e são reconhecidos pela melhor estimativa dos gastos. São atualizados monetariamente com base no IGP-M e revistos a cada renovação da Licença de Operação - LO.

Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado é reconhecida mensalmente conforme contrato de arrendamento.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Os Diretores destacam que os valores apresentados abaixo referem-se aos montantes devidamente atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP – Energias do Brasil.



i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Arrendamentos operacionais ativos	1.663.070	1.738.250	1.815.722
Arrendamentos operacionais passivos	204	492	396

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores salientam que não existem carteiras de recebíveis não registradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2017, 2016 e 2015.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações de compra com materiais e serviços	39.469	46.741	41.116

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores salientam que não existem contratos de construção não terminados não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2017, 2016 e 2015.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores salientam que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2017, 2016 e 2015.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores destacam que, adicionalmente aos montantes destacados acima, a Companhia possui os seguintes itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Prêmio de risco - GSF	297	272	735

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor



Os Diretores destacam que os montantes apresentados no item 10.6 são compromissos futuros assumidos junto à fornecedores, prestadores de serviços etc. e, quando houver a realização do serviço ou o recebimento dos produtos ou mercadorias, os montantes em questão serão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia afetando, principalmente, os custos e despesas operacionais.

Já no caso dos arrendamentos operacionais ativos, os mesmos serão registrados como receita, mensalmente, conforme decorrido o prazo do arrendamento, ou seja, até o término da concessão.

b) Natureza e o propósito da operação

Os Diretores destacam que os valores apresentados no item 10.6 refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os montantes envolvidos e as naturezas das operações encontram-se destacados no item 10.6.

10.8. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos totalizaram R\$8.928 em 2017, 24,4% inferior aos recursos destinados em 2016 que totalizaram R\$11.804. Esta redução é reflexo das adições de licenças ambientais serem menor em 2017.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente não existe nenhuma fonte de financiamento vinculada a novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$28.450 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.



A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia acerca da realização do Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/2014 e nº 01/2015 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL o qual a Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos, sendo que os respectivos ativos serão transferidos sem ônus à Taesa até 27 de dezembro de 2019.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, pois não temos nenhum plano para aquisição de planta ou equipamento para a Companhia. Para maiores informações dos nossos ativos, consulte o item 9.1 deste Formulário de Referência.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não há pesquisas em andamento ou desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Segundo os Diretores da Companhia, não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

Declarações dos Diretores da Companhia

Instrução CVM 480/2009 - Artigo 25 (Incisos V e VI)

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PriceWaterhouseCoopers, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31.12.2017.



ANEXO III

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2016

Item 9-1-II

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

Lucro Líquido (em reais)	Lucro Líquido Ajustado - LLA (em reais)
R\$47.812.060,64	N/A

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:

	Valor bruto (em reais)	Valor por ação (em reais)			
		Ordinária (ON)	Preferencial "A" (PNA)	Preferencial "C" (PNC)	Preferencial "R" (PNR)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	35.018.688,15	0,079296			0,012230
Dividendos	10.402.769,46	0,019789	0,019789	0,019789	
Montante global	45.421.457,61	0,099085	0,019789	0,019789	0,012230

a. Juros sobre capital próprio já creditados no passivo

	Valor bruto (em reais)	Valor por ação (em reais)		
		Preferencial "A" (PNA)	Preferencial "B" (PNB)	Preferencial "C" (PNC)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	9.981.311,85	0,079296	0,036691	0,079296
Montante global	9.981.311,85	0,079296	0,036691	0,079296

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

%Lucro Líquido (*)	%LLA
100,0%	N/A

(*) Lucro líquido deduzido da constituição da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

No exercício de 2017 a Companhia não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.



5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto do dividendo e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

	Valor bruto (em reais)	Valor por ação (em reais)		
		Ordinária (ON)	Preferencial "A" (PNA)	Preferencial "C" (PNC)
Dividendos	10.402.769,46	0,019789	0,019789	0,019789

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

O pagamento será efetuado no decorrer do exercício de 2018.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Em relação ao montante declarado de juros sobre capital próprio, terão direito ao recebimento os acionistas na data-base de 21 de dezembro de 2017. Em relação ao montante de dividendos, terão direito ao recebimento os acionistas na data-base da Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em 18 de abril de 2018.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos:

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.



7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

Tipo de ação	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ordinária (ON)	0,08465	0,21616	0,12598	0,16971
Preferencial "A" (PNA)	0,08465	0,21616	0,12598	0,16971
Preferencial "B" (PNB)	0,03669	0,03669	0,03669	0,03669
Preferencial "C" (PNC)	0,08465	0,21616	0,12598	0,16971
Preferencial "R" (PNR)	0,01223	0,01223	0,01223	0,01223

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

	Dividendos		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ordinária (ON)	0,11921	0,05905	0,08690
Preferencial "A" (PNA)	0,11921	0,05905	0,08690
Preferencial "B" (PNB)	N/A	N/A	N/A
Preferencial "C" (PNC)	0,11921	0,05905	0,08690
Preferencial "R" (PNR)	N/A	N/A	N/A

	Juros sobre capital próprio (JSCP)		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ordinária (ON)	0,11265	0,07930	0,09720
Preferencial "A" (PNA)	0,11265	0,07930	0,09720
Preferencial "B" (PNB)	0,03669	0,03669	0,03669
Preferencial "C" (PNC)	0,112650	0,07930	0,09720
Preferencial "R" (PNR)	0,01223	0,01223	0,01223

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal:

Reserva Legal (em reais)
R\$2.390.603,03

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% no lucro líquido ajustado.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:



Ações preferenciais classe "R" - recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social;

Ações preferenciais classe "A" - recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Estatuto da Companhia;

Ações preferenciais classe "B" - recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;

Ações preferenciais classe "C" - recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;

Todas as ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

Nos exercícios em que o lucro for insuficiente, os dividendos das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", previstos nesse artigo, poderão ser pagos à conta de reservas de capital de que trata o inciso V do artigo 200 da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais classe "A" e classe "C" assegurarão aos seus detentores as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos previstos na alínea "b" artigo 8º, supra, e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da sociedade;
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultado, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Não há parcela não paga.



d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

	Preferencial "A" (PNA)	Preferencial "B" (PNB)	Preferencial "C" (PNC)	Preferencial "R" (PNR)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	1.291.617,90	189.186,15	8.500.507,80	3.125.557,87
Dividendos	322.329,87		2.121.345,33	
Montante global	1.613.947,77	189.186,15	10.621.853,13	3.125.557,87

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

	Preferencial "A" (PNA)	Preferencial "B" (PNB)	Preferencial "C" (PNC)	Preferencial "R" (PNR)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	0,079296	0,036691	0,079296	0,012230
Dividendos	0,019789		0,019789	
Montante global	0,099085	0,036691	0,099085	0,01223

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 I, II, e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída ao acionista como dividendo anual mínimo obrigatório.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

O dividendo será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não houve montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a) Informar o montante da retenção:

Não houve montante retido.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não houve montante retido.



c) Justificar a retenção dos dividendos:

Não houve dividendo retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

c) Descrever como montante foi calculado:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.



15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

Não houve retenção de lucros.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

* * *



ANEXO IV

Informações acerca da Remuneração dos Administradores

Item 13 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à agregação de valor à Companhia. Todo o processo está sustentado por pesquisas constantes de mercado, qualitativa e quantitativa, conduzidas, atualmente, por empresa especializada e de renome internacional.

b. Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

- Remuneração Fixa
 - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.
 - Outros: Com relação aos membros do conselho de administração que recebem remuneração, são recolhidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- Remuneração Variável (Não se aplica)

Conselho Fiscal (se instalado):

- Remuneração Fixa
 - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme a Lei das S/As, ou seja, piso referente a 10% da média da remuneração da Diretoria. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.



- Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- Remuneração Variável (Não se aplica)

Diretoria Estatutária:

- Remuneração Fixa
 - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, calculada conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição, seguro de vida e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, e também é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
 - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- Remuneração Variável
 - Bônus: Representa a remuneração variável de curto prazo, como forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
 - Participação nos Resultados: Não se aplica
 - Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
 - Comissões: Não se aplica
 - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração variável.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2017	2016	2015
Conselho de Administração			
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	100,0%
Salário ou Pró-Labore	83,3%	83,3%	83,3%
Encargos sociais	16,7%	16,7%	16,7%
Conselho Fiscal			
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	100,0%
Salário ou Pró-Labore	83,3%	83,3%	83,3%
Encargos sociais	16,7%	16,7%	16,7%
Diretoria Estatutária			



Remuneração Fixa	84,4%	85,3%	100,0%
Salário ou Pró-Labore	60,9%	65,9%	75,9%
Benefícios Diretos e Indiretos	2,8%	0,9%	2,8%
Encargos sociais	20,7%	18,5%	21,3%
Remuneração Variável	15,6%	14,7%	0,0%
Bônus	13,6%	13,6%	0,0%
Encargos sociais	2,0%	1,1%	0,0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política de remuneração da Companhia é analisada por meio de comparação com os valores pagos no mercado, com o objetivo de manter o nível de competitividade adequado. As pesquisas salariais são feitas por meio de metodologia da consultoria Hay Group (Korn Ferry), que classifica os cargos por pontuação de acordo com três elementos: *know-how*, processo mental e responsabilidade por resultados. A mensuração destes três fatores resulta no peso do cargo. Tal metodologia permite mensurar a importância e a complexidade relativas aos resultados esperados do cargo. Essa comparação é realizada anualmente pela Companhia.

Para a remuneração fixa, é determinada uma tabela salarial com referência mínima, média e máxima, de forma que seja competitiva com o nosso mercado referência.

Para a remuneração variável, após a análise dos dados de mercado, definimos o valor *target* de bônus / PLR para cada um dos níveis hierárquicos.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Além de garantir a competitividade e atratividade da Companhia, visa aumentar o valor da mesma.

Os objetivos da remuneração variável são: criação de vínculos entre o desempenho e a recompensa e compartilhamento dos resultados da empresa. A metodologia está totalmente ligada ao desempenho do negócio e do colaborador, ou seja, quanto mais o mesmo esteja comprometido com seus resultados diretos e indiretos, melhor será o desempenho da Companhia, conseqüentemente a recompensa financeira.

Para verificar a forma de apuração do cumprimento de metas e a metodologia de cálculo da remuneração variável, por favor, reporte-se aos itens 13.1 (c) e 13.1 (d).

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há remuneração aos Conselheiros de Administração e alguns membros da Diretoria Estatutária indicados pela acionista controladora direta Lajeado Energia S.A. e indireta EDP



– Energias do Brasil, tendo em vista que referida remuneração já é suportada pelas referidas controladoras e/ou por empresas pertencentes ao mesmo Grupo.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Performance do Negócio face aos objetivos fixados relativamente a rentabilidade, satisfação dos clientes, acionistas e colaboradores, imagem da empresa e responsabilidade social. Segue KPIs (*“Key Performance Indicator”*) do Grupo EDP – Energias do Brasil para apuração do cálculo de Remuneração Variável:

- a) **EBITDA**, entendido como indicador que mede o potencial de geração de caixa do negócio, obtido pelo lucro, antes de juros, impostos, depreciação e amortização;
- b) **Custos Operacionais**, entendido como o indicador que mede os gastos com despesas operacionais (OPEX, pessoal, material, serviços, outros);
- c) **Resultado Líquido**, entendido como o lucro da Companhia;
- d) **CAPEX**, entendido como o índice que mede os investimentos nas empresas;
- e) **Cash-Flow Operacional**, entendido como o indicador que mensura o fluxo de caixa operacional.

d. Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa da administração não sofre impacto conforme a evolução dos indicadores de desempenho. Portanto, a evolução de tais indicadores não incrementa o salário, o pró-labore, os benefícios diretos e indiretos, tampouco a remuneração por participação em comitês.

Quanto ao bônus e a participação nos resultados, que fazem parte da remuneração variável das diretorias, seu pagamento está diretamente ligado ao alcance, pela Companhia, de metas estabelecidas. Conforme são atingidas as metas atreladas aos indicadores de desempenho, parcelas do resultado da Companhia são direcionadas ao pagamento da remuneração variável. Quanto maior a evolução dos indicadores de desempenho, maior é a porção do resultado da Companhia que será destinada ao pagamento das remunerações variáveis dos diretores.

Com base em avaliações individuais dos diretores, e parâmetros técnicos pré-estabelecidos, é realizada a divisão e pagamento da remuneração variável.

e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração utilizada, baseada em uma componente fixa e em outra variável, almeja alinhar a atividade de nossos colaboradores com os objetivos da Companhia, como, por exemplo, o aumento de seu valor de mercado e de sua sustentabilidade. A componente fixa pretende tornar atrativa a adesão e manutenção de profissionais qualificados, enquanto a componente variável, por ser estabelecida com base em indicadores de desempenho alinhados aos objetivos da Companhia, incentiva a superação individual para que a Companhia atinja as metas traçadas por sua administração.

Destacamos que o valor da remuneração variável é diretamente atrelado ao Resultado Individual (RI), que é apurado em função do cumprimento, pelo colaborador, de metas estratégicas, traçadas pela administração da Companhia para atingir seus objetivos de crescimento de curto e médio prazo. Logo, entendemos que quanto melhor o Resultado Individual do colaborador, maior será sua contribuição para cumprimento dos objetivos e interesses da Companhia, conseqüentemente maior será sua remuneração variável.

f. Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com relação ao Conselho fiscal, não há remuneração, tanto fixa quanto variável, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Quanto ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, parte de seus membros recebem totalmente ou parte de sua remuneração de empresas subsidiárias da Companhia (conforme detalhado no item 13.15).

Identificamos, na tabela a seguir, as componentes da remuneração que são suportadas parte pela Companhia e parte por sua controladora indireta ou empresas sob controle comum:

	Investco	EDP – Energias do Brasil	EDP - Comercializadora	Energest	EDP PCH	Cachoeira Caldeirão
	Companhia	Controladora indireta	Controle comum	Controle comum	Controle comum	Controle comum
Remuneração Fixa						
Salário ou Pró-Labore	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Benefícios Diretos ou Indiretos	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Remuneração por participação em comitês	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Outros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Variável						
Bônus	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Participação nos Resultados	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração por participação em reuniões	Não	Não	Não	Não	Não	Não



Comissões	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Outros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

g. Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social de 2018.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	7	5	15
Nº de membros remunerados	1	3	5	9
Remuneração fixa anual	76.003	748.997	150.000	975.000
Salário ou pró-labore	63.336	517.000	120.000	700.336
Benefícios direto e indireto		53.997		53.997
Participações em comitês				0
Outros	12.667	178.000	30.000	220.667
Descrição de outras remunerações fixas				0
Remuneração variável	0	166.000	0	166.000
Bônus		130.000		130.000
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		36.000		36.000
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções				0
Observação				0
Total da remuneração	76.003	914.997	150.000	1.141.000

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	6,33	5	14,33
Nº de membros remunerados	1	3,17	4,5	8,67
Remuneração fixa anual	76.003	692.114	129.062	897.179
Salário ou pró-labore	63.336	499.274	107.552	670.162
Benefícios direto e indireto		22.662		22.662
Participações em comitês				0
Outros	12.667	170.178	21.510	204.355
Descrição de outras remunerações fixas				0
Remuneração variável	0	128.247	0	128.247
Bônus		111.970		111.970
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		16.277		16.277
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções				0
Observação				0
Total da remuneração	76.003	820.361	129.062	1.025.426

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7	5	17
Nº de membros remunerados	1	3	5	9
Remuneração fixa anual	76.003	668.709	145.422	890.134
Salário ou pró-labore	63.336	517.009	121.185	701.530
Benefícios direto e indireto		6.937		6.937
Participações em comitês				0
Outros	12.667	144.763	24.237	181.667
Descrição de outras remunerações fixas				0
Remuneração variável	0	115.427	0	115.427
Bônus		106.877		106.877
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		8.550		8.550
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessaçã o do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções				0
Observação				0
Total da remuneração	76.003	784.136	145.422	1.005.561

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7	5	17
Nº de membros remunerados	1	2	5	8
Remuneração fixa anual	76.215	508.204	131.906	716.325
Salário ou pró-labore	63.512	385.793	109.922	559.227
Benefícios direto e indireto		14.389		14.389
Participações em comitês				0
Outros	12.703	108.022	21.984	142.709
Descrição de outras remunerações fixas				0
Remuneração variável	0	0	0	0
Bônus				0
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessaçã o do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções				0
Observação				0
Total da remuneração	76.215	508.204	131.906	716.325

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração variável prevista para o exercício social corrente

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente – 2018 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	7,00	5,00	15,00
Nº total de membros remunerados	1,00	3,00	5,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	195.000	n/a	195.000
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	130.000	n/a	130.000
Participação nos resultados				



Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração Variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	6,33	5,00	14,33
Nº total de membros remunerados	1,00	3,17	4,50	8,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	187.104	n/a	187.104
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	124.736	n/a	124.736
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	111.970	n/a	111.970
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração Variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	7,00	5,00	15,00
Nº total de membros remunerados	1,00	3,00	5,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	-	n/a	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	182.165	n/a	182.165
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	121.443	n/a	121.443
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	115.427	n/a	115.427
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a

Não houve remuneração variável para o Conselho da Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal nos exercícios de 2015 e 2014.

13.4. Informações relacionadas ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.



13.5. Informações relacionadas à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.6. Informações sobre opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5. a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Empresa	Valor Mobiliário (Ação exceto quando indicado de foram diferente)	Quantidade de Valores Mobiliários		
		Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Investco S.A.	ON	2(*)	0	0
Lajeado Energia	ON	3(*)	0	0
EDP - Energias do Brasil	ON	22.500	5.500	0

(*) O Diretor Presidente da Companhia também ocupa cargo no Conselho de Administração, sendo que suas participações em quotas e/ou ações são computadas como ações detidas por Membros do Conselho.

13.10 Informações relacionadas aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável. Os conselheiros da administração e diretores estatutários não possuem plano de previdência oferecido pela Companhia.



13.11 Remuneração Fixa do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	3,17	3,00	2,00	1	1	1	4,50	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (Reais)	330.619	321.258	261.844	76.003	76.003	76.215	29.995	29.084	26.352
Valor da menor remuneração (Reais)	20.150	201.511	130.922	76.003	76.003	76.215	9.082	29.084	26.352
Valor Média da remuneração (Reais)	258.789	261.379	203.282	76.003	76.003	70.569	28.680	29.084	25.514

Diretoria Estatutária	
31/12/2017	Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 03 membros são remunerados.
31/12/2016	Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 03 membros são remunerados.
31/12/2015	Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 02 membros são remunerados.

Conselho de Administração	
31/12/2017	Das 03 posições do Conselho de Administração, apenas 01 membro é remunerado.
31/12/2016	Das 03 posições do Conselho de Administração, apenas 01 membro é remunerado.
31/12/2015	Das 03 posições do Conselho de Administração, apenas 01 membro é remunerado.

Conselho Fiscal	
31/12/2017	Todos os membros do conselho fiscal são remunerados.
31/12/2016	Todos os membros do conselho fiscal são remunerados.
31/12/2015	Todos os membros do conselho fiscal são remunerados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Não é aplicado.

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2017	2016	2015
Conselho de Administração	n/a	n/a	n/a



Diretoria	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal	n/a	n/a	n/a

13.14 Informações dos últimos 3 exercícios sociais sobre os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

	2017	2016	2015
Conselho de Administração	n/a	n/a	n/a
Diretoria	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal	n/a	n/a	n/a

13.15 Informações dos últimos 3 exercícios sociais sobre os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	1.506.460	n/a	1.506.460
Controladas do emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	0	2.633.335	n/a	2.633.335

2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	1.393.541	n/a	1.393.541
Controladas do emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	0	3.725.517	n/a	3.725.517

2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	1.408.907	n/a	1.408.907
Controladas do emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	0	3.194.619	n/a	3.194.619

13.16 Outras Informações Relevantes



Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes e/ou adicionais que devem ser prestadas neste item 13 do Formulário de Referência.
